



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS

ADRIANA MARQUES

**DA ESCOLA ESPECIAL AO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO: UM
OLHAR EM MOVIMENTO**

Porto Alegre

2012

ADRIANA MARQUES

**DA ESCOLA ESPECIAL AO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO: UM
OLHAR EM MOVIMENTO**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Processos Inclusivos.

Orientadora: Prof. Dra. Carla K. Vasques

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso desta nova e proveitosa experiência, algumas pessoas estiveram ao meu lado nas horas de entusiasmo e cansaço.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu querido filho, Gabriel Marques Elesbão, que em toda a caminhada esteve ao meu lado, entendendo os momentos em que eu estava presente/ausente.

À minha amiga Vera Wolff, que esteve sempre comigo nos momentos de dúvida e dificuldade, sempre me apoiando e me ajudando com atitudes positivas e companheiras quando precisei.

Às minhas amigas e colegas do curso de pós-graduação, Tânia Cunha e Fernanda Maliczewski, pelas caronas e momentos de bom papo.

A minha colega Lucia M. M. Linkiewicz, pelo carinho e atenção, sempre lembrando de mim com sua sempre generosa carona e nossas conversas sempre valiosas e produtivas.

A minha orientadora de pós-graduação, Carla K. Vasques, que muito me ajudou com seu conhecimento, dedicação e sintonia, contribuindo decisivamente no meu crescimento e aprimoramento na pesquisa e na escrita do meu trabalho.

Por último, mas certamente não menos importante, ao meu marido Fabio D. K. Elesbão, que me incentivou a iniciar a pós-graduação tão logo havia me formado na graduação e que esteve comigo no decorrer do curso.

A essas pessoas, meu muito obrigado!

Seria importante que se permitisse na escola que os meios, por algum tempo, fossem os próprios fins das tarefas; que se desse oportunidade as crianças e aos professores de serem criativos, para que tivessem prazer estético e conhecessem o gozo da construção do conhecimento.

Lino de Macedo

RESUMO

A presente pesquisa analisa o processo de transformação de uma escola especial em um centro de atendimento educacional especializado no município de Cachoeirinha/RS. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo exploratório, realizado a partir de análise documental e de entrevistas semidirigidas. A Abordagem do Ciclo de Políticas baliza o caminho teórico-metodológico e o texto dissertativo. No contexto investigado, a implementação das diretrizes inclusivas constituiu-se em um movimento rápido, sem muito planejamento, centrado no espaço especializado e não nas escolas comuns. Tal fragmentação manifesta a complexidade de se gestar um sistema inclusivo, bem como as disputas, os recuos e os avanços frente às demandas da inclusão escolar; movimentos que buscam, ao fechar e abrir portas, constituir novas configurações sobre a diferença e a igualdade no âmbito educacional. Quais os efeitos destas ações? Como se efetivará a inclusão escolar na Rede? Perguntas para novas pesquisas; outros olhares em movimento.

Palavras-chave: políticas de educação especial; inclusão escolar; centro de atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

This research examines the transformation of a special school in a specialized educational service center in the municipality of Cachoeirinha/RS. It is a qualitative study, an exploratory, done from the documentary analysis and semi-structured interviews. The approach of cycle lecture marks the theoretical-methodological way dissertational and text. In context, investigated the implementation of the guidelines was inclusive in one quick motion, without much planning, focusing on specialized space and not in the common schools. This fragmentation manifests the complexity of gestating an inclusive system, as well as disputes, retreats and advances against the demands of school inclusion: movements that look at the open and close doors, create new settings on difference and equality in the educational. What are the effects of these actions? How to become effective school inclusion in the network? Questions for further research, other looks in motion.

Keywords: special education policies, including education, specialized educational service center.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	11
3 DO GLOBAL AO PARTICULAR: AS POLÍTICAS DE ESCOLA ESPECIAL E SEUS INFLUXOS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA	15
4 A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CMAEEL, DISCURSOS EM MOVIMENTO	19
4.1 EMEF LAMPADINHA: UMA HISTÓRIA DE 34 ANOS	21
4.2 EM DIREÇÃO AO CMAEEL	24
4.3 CMAEEL, UMA HISTÓRIA EM INSCRIÇÃO	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS	35
APÊNDICES	43

1 INTRODUÇÃO

...e ao olhar para o muro, espiar o que há do outro lado e encantar-me com o diferente, achando o que não procurava.

Manuel de Barros

Para iniciar a escrita, acredito ser interessante situar minha trajetória na educação e na educação especial. Em 1989, fui nomeada para trabalhar em uma escola do município de Cachoeirinha com uma primeira série do ensino fundamental. Esta escola localizava-se ao lado de uma escola especial, tradicional na oferta de atendimento educacional especializado substitutivo. A Escola Municipal Especial Lampadinha atendia, segundo termos da época, crianças, adolescentes e adultos com deficiência mental. Entre os muros das escolas, regular e especial, constituiu-se meu interesse pela área da educação especial.

Tocada por este encontro, comecei, no ano seguinte, uma formação sobre deficiência mental na instituição de ensino superior Faculdades La Salle. Devido à carência de profissionais na área ainda, logo fui convidada para assumir uma classe especial na escola regular em que atuava. Aceitei o desafio!

A rede municipal de Cachoeirinha, na década de 90, oferecia quatro turmas de classes especiais: duas localizavam-se na região central, e duas na periferia do município. Havia uma desinformação muito grande dos profissionais da escola acerca das necessidades de atendimento e de convivência. Tal postura se manifestava, por exemplo, na localização física da classe especial: um canto escondido e afastado das demais turmas da escola!

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), como bem definida por Carvalho (1993), caracterizava-se pela ideia de “pelo menos uma classe para a Educação Especial em cada escola”. Pela Lei 5692/71, LDB/71, esses espaços deveriam inserir inclusive alunos com dificuldades de aprendizagem.

A classe especial em que atuei foi criada com a ideia de “somente socializar” este grupo! Os alunos, em sua maioria, eram adolescentes, e nosso convívio com o contexto escolar era muito singular. Entre outras particularidades, a sala de aula mais próxima era da educação infantil, o que não possibilitava trocas significativas. Quanto aos meus alunos, havia alguns com dificuldades na aprendizagem que poderiam ser inseridos em turmas regulares! Tal situação causava-me um estranhamento muito grande. Contudo, naquele momento, pela pouca experiência, não conseguia argumentar. Percebia que havia apenas uma formalidade em criar classes especiais e nenhum projeto pedagógico que atendesse aos indivíduos,

considerando os processos de escolarização. Em função destas questões, pouco tempo depois, solicitei meu retorno para o ensino regular.

Em 1996, atuava em uma escola regular do município quando fui convidada a participar de uma reunião pedagógica onde conheci o Projeto Inserção¹. Através da pedagoga especial, soube que receberia um aluno oriundo da escola especial Lampadinha. Os muros se deslocavam novamente, possibilitando encontros e reencontros. A educação especial voltava a fazer parte do meu cotidiano, e, na trama da vida, acompanhei as possibilidades de um aluno com deficiência inserido em uma turma regular.

O Projeto Inserção começou por iniciativa do grupo de educadores especiais da EMEF Lampadinha. Havia alunos com deficiência que, segundo tais profissionais, demonstravam potencial para escolarização. Foram identificados oito sujeitos. Após identificação e encontro com familiares, realizava-se contato com a escola mais próxima da residência do aluno. Na entrevista participavam a orientadora educacional, a supervisora, a educadora especial da EMEF Lampadinha e a professora da escola regular. Este projeto tinha por base o contexto político vigente, e, conforme Carvalho (1993, p. 95), “temos estimulado a integração instrucional, onde portadores de necessidades especiais e ditos normais juntos, na mesma sala... Entretanto, há que agir com prudência, garantindo-se o êxito dos educandos e, principalmente respeitando sua vontade.”

No ano em que atendi o aluno oriundo do Projeto Inserção na escola regular, a educadora especial o acompanhava semanalmente sugerindo atividades. No diálogo com esta professora, construiu-se meu fazer pedagógico, e busquei estratégias de ensino diversas para atingir esse aluno.

Nesta mesma época, surgia o Projeto Preparação para o Trabalho (PPT), também proposto pelas educadoras da EMEF Lampadinha. A ação apresentava-se em quatro fases diferentes: uma primeira fase pré-oficina, desenvolvida no mesmo turno de sala de aula e composta por oficina de culinária e oficina de artes; a segunda fase consistia no trabalho em uma oficina de lavanderia no contraturno do aluno; a terceira etapa contemplava o encaminhamento para um pré-estágio no contraturno, realizado em convênio com o comércio local; e finalmente, na quarta etapa, um estágio remunerado na prefeitura.

A partir do ano de 2000, os educadores especiais da EMEF Lampadinha, os professores da rede municipal, os gestores e os demais envolvidos participaram do Plano

¹ Assim como outras informações que dizem do histórico da educação especial e de suas instituições no município, não há registros oficiais sobre projetos, ações, etc. Nesse sentido, para o presente trabalho, foi necessário não só reconstituir como escrever a própria história das instituições. Este aspecto será mais bem detalhado no capítulo referente aos caminhos metodológicos.

Municipal de Educação, onde se discutiu que a competência dos Projetos Inserção e PPT (Preparação para o Trabalho) deveria ser absorvida pela Prefeitura Municipal. A Portaria 01/2005, criada pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, deliberou que os alunos com deficiência que completassem 21 anos seriam desligados da EMEF Lampadinha e, conseqüentemente, dos Projetos Inserção e PPT. Mais tarde, a terminalidade dos alunos foi inserida no regimento escolar do ensino especial, priorizando a clientela da educação infantil até os alunos completarem 21 anos.

O movimento histórico relatado acima, que se desenrolou sob os auspícios da Política Nacional da Educação Especial de 1994, passou a ser interrogado por um outro discurso político e social. A Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001, em seu art. 2º, determina que: *“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”* (MEC/SEESP, 2001).

Neste contexto, estados e municípios deveriam reorganizar-se a partir da perspectiva inclusiva. Tais diretrizes foram diferentemente interpretadas a partir dos contextos e dos sujeitos. As leituras divergiam, tensionando o campo e os serviços da educação e da educação especial. O que seria um sistema inclusivo? Qual o lugar da escola especial no processo de escolarização? Quais os impactos da inclusão escolar nas escolas, professores, familiares e alunos?

Estando eu envolvida por tais contextos, achando o que não procurava, a educação especial passou a fazer parte de minha trajetória pessoal e profissional. Abordar os contextos, os movimentos, as perspectivas, as ações e as políticas de educação especial no município de Cachoeirinha tornou-se um desafio complexo e simultaneamente apaixonante. Um desafio que me convoca a ler, estudar e pesquisar.

O presente trabalho, fruto de um percurso no Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos da UFRGS/FACED, é um passo neste sentido. Para tanto, o Capítulo 1 – CAMINHOS METODOLÓGICOS – apresenta a trajetória da pesquisa e seus contornos. O Capítulo 2 – Do global ao particular: as políticas de educação especial – relata as influências que teceram as políticas públicas de educação especial na história recente do Brasil e no município de Cachoeirinha. O capítulo 3 conta a história do município de Cachoeirinha e do crescimento na matrícula de alunos deficientes na rede municipal. O subcapítulo 3.1 conta a história da Escola Municipal de Ensino Fundamental, Modalidade Especial, Lampadinha, que existiu por 34 anos. O subcapítulo 3.2 relata o fechamento da

escola especial e abertura do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado. O subcapítulo 3.3 conta sobre o processo de implementação do centro. O Capítulo 4 realiza as considerações finais, retomando os questionamentos da pesquisa realizada.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem por tema as políticas de educação especial; por recorte, a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; e como foco, o processo de transformação de uma escola especial em centro de atendimento especializado no município de Cachoeirinha/RS (CMAEEL).

Como problema de investigação tem-se: *quais os contextos e as influências constitutivas do processo de transformação de uma escola especial em um centro de atendimento educacional especializado no município de Cachoeirinha/RS?*

O objetivo geral é analisar o processo de transformação de uma escola especial em centro de atendimento educacional especializado.

Como objetivos específicos têm-se:

- (1) contextualizar historicamente a educação especial no município de Cachoeirinha;
- (2) identificar as diretrizes, os programas e as ações que influenciaram o contexto de transformação da escola especial em centro de atendimento especializado;
- (3) compreender o processo de implementação do CMAEEL.

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo exploratório, realizado a partir de análise documental e de entrevistas. A pesquisa qualitativa possui algumas características centrais: baseia-se em indivíduos interagindo com seus mundos sociais; esforça-se para compreender situações únicas como parte de um contexto particular e de suas interações; busca entender o fenômeno sob a perspectiva dos atores; coloca o pesquisador como instrumento primário da coleta de dados; envolve, frequentemente, pesquisa de campo; emprega estratégias indutivas; e descreve profundamente processos, sentidos e conhecimentos. O caráter exploratório, por sua vez, refere-se ao estudo de um fenômeno atual, ainda pouco conhecido e sistematizado. O objetivo é sobretudo construir uma compreensão inicial acerca do problema investigado (SANTOS, 1990).

Considerando o processo da pesquisa, realizou-se inicialmente uma revisão bibliográfica sobre temas da educação especial, da inclusão escolar e das políticas educacionais inclusivas. Como autores centrais, destacam-se Baptista e Oliveira (2002), Baptista (2004, 2009), Sardagna (2009), Meletti e Bueno (2010), Kassar (2011), Garcia e Michels (2011). Dentre as diretrizes e legislações estudadas, a Declaração de Salamanca, a Declaração de Jomtien, a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 ganharam destaque na leitura. A fim de historicizar a educação especial na rede municipal de ensino de Cachoeirinha, foi realizada

uma entrevista semiestruturada com gestores da Secretaria Municipal de Educação, no mês de abril de 2012. Foram encontrados e analisados dois documentos relacionados ao tema da pesquisa: as atas 01, 04 e 05 do Livro de Registros da escola especial - a ata nº 1 é de maio de 2011; a ata nº 04, de junho de 2011; e a ata nº 05, de setembro de 2011 - e o parecer nº 23/2011 do Conselho Municipal de Educação. Para compreender o movimento implementado no município, entrevistaram-se também gestores, educadores especiais e um funcionário da escola especial. O Quadro 1 apresenta as pessoas entrevistadas e suas funções na escola especial ou município, bem como o tempo de serviço na instituição. O roteiro das entrevistas encontra-se em anexo.

Quadro 1 – Sujeitos Entrevistados

Nome:²	Função:	Tempo na Escola/Município:
Beatriz	Assessora de Inclusão	7 anos
Angélica	Coordenadora dos Aspectos Legais	20 anos
Carlos	Funcionário	14 anos
Tamires	Educadora Especial	28 anos

Considerando os caminhos metodológicos e teóricos, a presente pesquisa buscou inspiração na Abordagem do Ciclo de Políticas, conforme Mainardes (2006). Para o autor, “o processo de uma política é multifacetado, dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro” (p. 55). O Quadro 2 apresenta os contextos investigados, as questões ordenadoras, os documentos e as estratégias metodológicas.

QUADRO 2 - QUADRO TEÓRICO METODOLÓGICO DA MONOGRAFIA

CONTEXTOS INVESTIGADOS	PERGUNTAS DISPARADORAS	TEXTOS ANALISADOS	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS
Contexto da influência	Quais são as influências e tendências presentes na política investigada?	Políticas de Educação Especial de 1994 e de 2008	Análise dos textos orientadores e normativos

² Nomes fictícios.

		Resolução 02/2001, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.	
Contexto da produção de texto	<p>Considerando a implementação do CAE, como o discurso da política foi constituído no decorrer do tempo no município de Cachoeirinha?</p> <p>Quando iniciou a construção do texto da política que transforma escola especial em CAE?</p> <p>Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Houve espaço na construção dos textos para a participação ativa dos profissionais envolvidos?</p>	<p>PARECER CME N° 023/2011, que dispõe sobre a cessação da EMEF Lampadinha</p> <p>CNE/CEB n° 04 de 02 de outubro de 2009, que institui as novas diretrizes para o atendimento educacional especializado</p>	<p>Experiência da pesquisadora como docente na rede municipal</p> <p>Documentos: atas dos fóruns e das entrevistas semidirigidas</p>
Contexto da prática	<p>Como a implementação do CAE foi recebida?</p> <p>Há evidências de resistência individual ou coletiva?</p> <p>Há contradições, conflitos e tensões entre as</p>	<p>Entrevistas</p> <p>Atas dos fóruns</p>	<p>Análise das entrevistas, considerando as perguntas disparadoras e as dissonâncias.</p>

	interpretações expressas pelos profissionais que atuam na prática e as expressas pelos formuladores da política e autores dos textos da política?		
--	---	--	--

Mainardes (2006) afirma que os contextos estão inter-relacionados, não tendo uma dimensão temporal ou sequencial, ou seja, não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse, e cada um deles envolve disputas e embates. Ou seja, não se trata de apresentar os contextos a partir de uma relação de causa e efeito, mas de compreender as interfaces entre o texto e as realidades sociais que a “letra da lei” implementa, instaura e recorta. Trata-se também de um movimento de estudo que busca articular o campo teórico com o campo empírico. Nesse sentido, cabe demarcar o caráter processual e inicial desta pesquisa e das análises propostas.

3 DO GLOBAL AO PARTICULAR: AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS INFLUXOS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

Em cada momento histórico, a exclusão é ressignificada a partir dos contextos sociais, políticos e culturais. Concepções sobre normalidade e anormalidade, educabilidade e ineducabilidade, entre outras, modificam-se, influenciando a organização dos serviços e as relações entre sujeitos e instituições. Nesse processo, a escola é uma das principais instâncias para instituir instrumentos e propostas que justifiquem as desigualdades.

A educação especial no contexto brasileiro pode ser compreendida a partir deste movimento (JANUZZI, 1992). Na década de 60, por exemplo, aconteceu a maior expansão no número de escolas do ensino especializado. Já na década de 70, teve-se a criação do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, a fim de planejar políticas públicas.

Na esteira deste movimento localizaram-se as primeiras ações no município de Cachoeirinha, situado no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o Decreto Municipal nº 382/77, a partir do ano letivo de 1975, um grupo de pais do então Grupo Escolar Carlos Antônio Wilkens reivindicou a criação de uma escola especial para atender alunos excepcionais³.

Tal ação pode ser contextualizada considerando que, no período entre os anos 70 e 80, pesquisadores e documentos legais e normativos indicavam a necessidade de institucionalização dos deficientes em espaços especializados (BATALHA, 2009). As práticas pedagógicas organizavam-se a partir de um modelo de atendimento clínico, ocorrendo, principalmente, em escolas exclusivamente de educação especial (GLAT; FERNANDES, 2005).

A partir das décadas de 80 e 90, novos horizontes se colocaram. Conforme a Constituição Federal de 88, a Conferência Mundial de Educação para Todos⁴ (1990) e a Declaração de Salamanca⁵ (1994), a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência passou a ser um ideal a ser conquistado e construído. (SARDAGNA, 2009).

No âmbito municipal, a rede de Cachoeirinha e o Conselho Municipal de Educação criaram uma política que repensava o papel, o lugar e as relações entre a Educação e a educação especial.

Nesse movimento, a principal instituição de educação especial em âmbito local, a

³ Termo usado na época.

⁴ Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> acesso em março/2012

⁵ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> acesso em março/2012.

EMEF Lampadinha, era tencionada em relação aos seus princípios e funcionamento. Na década de 2000, por exemplo, ainda estava amparada pelo antigo regimento que permitia apenas a matrícula de alunos portadores de Síndrome de Down, associada ou não a deficiência mental, respeitando ainda outros critérios, tais como controlar esfíncteres e não ser cadeirante.

Poderíamos aqui colocar algumas perguntas. Como pensar a inclusão escolar, a construção de um sistema inclusivo, quando situações como estas se faziam tão presentes no contexto municipal?

A partir dos documentos legais internacionais (Declaração de Salamanca, Jontiem), que declaram que todos têm direito a escola, incluindo acesso e permanência, criou-se uma série de documentos buscando garantir mudanças.

Considerando o âmbito normativo, diferentes documentos passaram a orientar e legislar no sentido da perspectiva inclusiva; entre estes, temos a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica; a Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão; a Portaria 2.678/02 do MEC, que aprovou diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille, impulsionando a inclusão educacional e social; o Decreto nº 5.296/04, que estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Considerando tais processos no município de Cachoeirinha, a escola especial procurou reformar seu projeto político-pedagógico (PPP) e seu regimento, passando ao funcionamento dos anos/ciclos. Buscava-se garantir o acesso e a permanência de seus alunos, promovendo uma maior individualização do ensino, buscando um ensino multidisciplinar e valorizando o sujeito e seu contexto social (BAPTISTA, 2004).

O Censo Escolar, em meados de 2004, identificou em toda a rede municipal alunos com diversas síndromes, doenças mentais e transtornos. A Assessoria de Inclusão, na época, questionou os critérios do antigo regimento, que não aceitava alunos cadeirantes, portadores de algumas síndromes e de transtornos. Promoveu um ciclo de debates com os educadores, buscando discutir e influenciar mudanças de critérios, idade de admissão e limite para permanecer na escola especial e nas matrículas oferecidas aos alunos com deficiência.

Em 2005, a escola especial, através da reformulação do Regimento Escolar, ampliou a idade de atendimento (começa aos 4 anos) e limitou a idade de permanência na escola aos 21 anos para a terminalidade.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em

2008, inscreveu novos caminhos interpretativos no campo e nos serviços da educação especial. Entre as principais modificações, tem-se a reinterpretação do atendimento educacional especializado (AEE) como complementar ou suplementar, não mais como substitutivo, como previsto na política de 1994. Tal diretriz foi fundamental no processo investigado pela presente pesquisa. De suas linhas, imprimem-se os contextos que determinam as transformações já esboçadas no município de Cachoeirinha.

Outra premissa importante que a política nacional de 2008 instaurou é a de que a educação especial deve se realizar em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo o AEE parte constitutiva do processo educacional. Na sequência deste movimento, a Resolução do CNE/CEB nº 04, de 2 de outubro de 2009, instituiu novas diretrizes operacionais para atendimento educacional especializado. Esta resolução reitera o princípio da acessibilidade, quando afirma em seu art. 2º que:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciaram-se daquelas realizadas em sala de aula, não sendo substitutivas à escolarização. Tal aspecto deve ser sublinhado, a fim de se compreender o impacto na organização dos serviços em âmbito local. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos sujeitos, buscando a autonomia, a independência na escola e fora dela.

A Nota Técnica SEESP/GAB/Nº 11/2010 trouxe orientações para a institucionalização da oferta do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, localizadas em escolas regulares. A Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Em seu art. 29, a Educação Especial foi definida como “modalidade transversal a todos os níveis de ensino e parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico das escolas”. O documento afirma ainda que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, complementando ou suplementando a escolarização. Tal serviço deve ser ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública.

Após um contexto sob forte influência dos documentos citados anteriormente, a

Assessoria de Inclusão da rede municipal de Cachoeirinha, juntamente com professores da educação especial, pais e funcionários, passou a se mobilizar diferentemente em relação à perspectiva inclusiva. Sobre este movimento, a Assessora de Inclusão da SMed afirma:

O RS foi um dos estados que mais resistiu às mudanças de “quebra” da Escola Especial e Cachoeirinha relutou por muito tempo. Até foi discutido em outros momentos, mas ficava só no debate não, se efetivava na prática. A partir do ano passado (2011) a própria pressão da política do MEC, que acabam envolvendo uma ação em função de outra, fez com que chegássemos ao ponto de que as coisas deveriam mudar... Por isso a criação do fórum.

Os fóruns⁶ para a implementação do Centro de Atendimento Educacional Especializado Lampadinha (CMAEEL) passaram a ocupar um lugar fundamental na construção de uma nova perspectiva em relação à educação e à educação especial. Arenas de disputas e tencionamentos, os fóruns ocorreram no ano de 2011 e eram constituídos por gestores, profissionais da escola especial e familiares.

Do global ao local, até o momento, abordaram-se algumas das influências que teceram as políticas públicas de educação especial na história recente. Neste movimento, percebeu-se que as diretrizes inclusivas tensionam serviços e concepções que defendem espaços especializados e ausência de escolarização para pessoas com deficiência. Tais diretrizes sustentam-se a partir de ideais de atenção à diversidade humana, bem como aos direitos à educação, à igualdade e à diferença. As interpretações, contudo, divergem, sendo muitas e contraditórias as formas de pensar e fazer educação. No sentido de contemplar a complexidade destas relações e, sobretudo, o processo de implementação das diretrizes políticas, serão abordados aspectos mais específicos, em relação ao município de Cachoeirinha e à EMEF Lampadinha.

⁶ Os fóruns serão melhores detalhados nos próximos capítulos

4 A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CMAEEL, DISCURSOS EM MOVIMENTO

O município de Cachoeirinha, então distrito de Gravataí, foi criado por uma lei estadual em 9 de novembro de 1965 e instalado em 15 de maio de 1966. O nome do município tem sua origem na existência, à época de sua criação, de uma pequena queda d'água que impedia a navegação no Rio Gravataí nos períodos de estiagem. A pequena cachoeirinha foi dinamitada em 1917 para a construção de um canal que facilitaria a navegação e que era importante via de escoamento da produção.

Segundo Koeche (1998), na década de 1970, Cachoeirinha foi um dos municípios gaúchos com maior crescimento populacional. A cidade conta, conforme dados do censo IBGE (2007)⁷, com aproximadamente 118.278 habitantes divididos em 43,7 quilômetros quadrados de área territorial. As famílias Ritter e Bins, que eram de origem alemã, foram as primeiras a se instalar, no começo do século XX. Em 1905, os Bins investiram em tecnologia e criaram uma das primeiras lavouras de arroz irrigado do nosso estado.

Conforme Mombach (1991), a partir de 1970, a economia do município diversificou-se bastante e tomou impulso com a instalação de um distrito industrial. Na esteira do crescimento, Cachoeirinha hoje pode se orgulhar de possuir um dos maiores centros industriais da Região Metropolitana de Porto Alegre. O Distrito Industrial apresenta a maior arrecadação do município, em virtude de grandes e médias empresas que escolheram Cachoeirinha por sua estratégica posição geográfica.

De acordo com o portal de educação do município, “A Secretaria Municipal de Educação (SMEd), por meio da socialização das formações continuadas e da multiplicidade de ações que norteia o trabalho da rede, tem como concepção de educação um processo amplo, progressista libertador, direcionado para atingir todas as dimensões da pessoa, considerando o tempo e o espaço em que ela está inserida e tendo como instrumentos legitimadores os princípios constitucionais e a legislação vigente”.⁸

A Secretaria, através de seus gestores, acredita que a valorização do educando e que sua socialização com o outro e com o saber científico devam possibilitar a construção de um currículo flexível, múltiplo, processual, emancipatório e articulado com as diversas áreas do conhecimento. Por ser a escola uma instituição social que intervém na realidade, ela deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade e com os movimentos de defesa da inclusão social e do respeito à diversidade étnica e cultural, contribuindo assim para que a

⁷ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>> acesso em abril/2012

⁸ Disponível em <<http://www.educacao.cachoeirinha.rs.gov.br>> Acesso em abril/2012.

sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa.

Conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação, dos 86 alunos que estavam matriculados na EMEF Lampadinha no ano de 2011, 15 terão duas matrículas⁹ a partir de 2012, sendo que uma será no Centro Municipal de Atendimento Especializado, e outra, em escola regular da rede municipal, no ensino fundamental. Todos os demais alunos da EMEF Lampadinha terão matrícula garantida na rede municipal de ensino.

Escolas municipais, estaduais e particulares são responsáveis pelo ensino de milhares de crianças e jovens. Cumprindo a Lei 8.069/1990, artigo 54, parágrafo primeiro, Cachoeirinha priorizou em sua rede o Ensino Fundamental, em que está inscrita a grande maioria dos alunos. São 20 escolas municipais. Também existem no município 15 escolas estaduais e 8 particulares. Destas, sete escolas estaduais e três particulares oferecem ensino médio, técnico e profissionalizante.¹⁰

TABELA 1 - Número de Escolas Municipais

ESCOLAS	Educação Infantil	Educação Fundamental	Ensino Médio	Total
	11	20	0	31

Fonte: Censo Escolar 2011 - INEP¹¹

TABELA 2 - Número de Alunos Matriculados

Escolas	Educação Infantil		Educação Fundamental		Educação Especial (Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos).			
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais
	563	568	5716	3899	6	14	124	78

Fonte: Censo Escolar 2011

Segundo Meletti e Bueno (2010), percebe-se um número crescente de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular. Se o acesso parece estar mais garantido, é

⁹ No âmbito do FUNDEB, conforme resolução 04 de 02/10/2009, art.8º, serão contabilizados duplamente os alunos matriculados no ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

¹⁰ O município conta com uma central de matrículas, que busca a uniformidade nos procedimentos de matrícula, visando garantir a sua democratização, a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e a equidade de candidatos na definição clara de critérios para que não haja interferência ou privilégio na concessão de vagas na escola pública.

¹¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo escolar de 2011. Disponível em: <<http://www.inep.org.br>> Acesso em: 25/04/2012.

preocupante a ausência de apoio educacional especializado e outros suportes capazes de sustentar a permanência do aluno com sucesso escolar.

A prefeitura de Cachoeirinha busca ampliar a inclusão escolar, em conformidade com o Decreto 6.571/2008. O município conta hoje com 10 salas de atendimento educacional especializado, atendendo cerca de 390 alunos com deficiência encaminhados da rede municipal de Cachoeirinha.

Neste processo, espaços tradicionais de educação especial são ressignificados e reinterpretados. A fim de compreender a complexidade deste movimento, bem como seus influxos no atual momento, acredita-se na importância de se retomar a historicidade da EMEF Lampadinha.

4.1 EMEF LAMPADINHA: UMA HISTÓRIA DE 34 ANOS

Em março de 1975, devido ao aumento de alunos então chamados de excepcionais, surgiu a necessidade da existência de uma escola especial que envolvesse professores e especialistas no trabalho com alunos deficientes mentais. Direção, professores e pais do grupo escolar Carlos Antonio Wilkens solicitaram o desmembramento do Serviço de Educação Especial em uma escola especial. Sendo assim, foi construído um pavilhão com cinco salas de aula.

Na data de 15 de abril de 1977, foi autorizado por decreto o funcionamento da Escola Municipal Especial Lampadinha. Partindo a escolha de seu nome de um personagem popular na época, o Professor Pardal, cuja Lampadinha¹² dá à luz as próprias ideias do professor. Assim, a escola teria como objetivo incentivar o crescimento e as ideias dos alunos deficientes mentais. O logo da escola, que é uma lâmpada, remete ao ideal de iluminar as ideias, representando a luz para os alunos com necessidades especiais, que geralmente ficavam à margem da sociedade. Buscava-se um despertar para a própria sociedade, onde as pessoas com deficiência também mostrariam suas capacidades, e uma nova forma de percebê-los seria possível. Conforme Marlene, “de 1977 a 1980 aconteceu à fundação da escola, movimento realizado pelos pais de alunos e encaminhamento de documentação, projetos a fim de registros e legalização da escola”.

Ao iniciar as atividades, a escola contava com o corpo técnico formado por professores e psicólogos. Com o tempo, mais técnicos foram incorporados, como pediatra, terapeuta ocupacional e pedagoga. Foram construídos mais pavilhões, onde funcionam a parte

¹² Personagem das histórias em quadrinhos da Disney.

diretiva e administrativa, a sala para atividades psicomotoras, a biblioteca e o pátio. Marlene relatou quem eram os alunos atendidos: “de 1981 a 1990 a escola tinha proposta pedagógica para alunos com deficiência mental leve a moderada e síndrome de down, onde eram atendidos em sala de aula e oficinas de convivência.”

Com o passar dos anos, não houve mais atendimento de pediatra no local. As práticas pedagógicas tentavam não mais se organizar a partir de um modelo clínico, sendo o grupo profissional formado pela equipe diretiva, pedagogas, educadoras sociais, cozinheira, serventes e guarda. Neste período, Marlene relatou:

De 1991 a 2000 aconteceu a reestruturação do Regimento Escolar e Proposta Política Pedagógica continuava na mesma estrutura em salas de aula, oficinas, mas com estudos para uma nova modalidade de ensino-aprendizagem e ampliação nos atendimentos.

Comentando este processo, uma educadora especial chamada Andrea, que atuou na escola no período de 2001 a 2005, afirmou que:

Com a mudança na supervisão a escola passa a trabalhar com projetos pedagógicos transdisciplinares baseado nos estudos de Philippe Perrenoud. As turmas foram divididas de acordo com competências a serem alcançadas indo do nível 1 ao 5. No entanto, percebeu-se a dificuldade de participação dos alunos nos projetos e a mudança na equipe pedagógica fizeram a escola abandonar esta metodologia.

Em busca de uma educação integradora, a escola especial procurou se aproximar de uma educação diferenciada no sentido proposto por Perrenoud (2000). Sobre o período de 2001 a 2005, Marlene relatou:

Neste período de experiência seguimos o pensamento de Perrenoud, motivando os profissionais e alunos quanto a proposta pedagógica de salas ambientes, pensando na diversidade de saberes e conhecimentos poderíamos desenvolver as potencialidades e habilidades de cada aluno no seu individual.

A partir de 2005, a escola reformulou sua proposta político-pedagógica e o seu regimento, passando a ser ciclada. Os quatro ciclos foram organizados da seguinte maneira: educação infantil, educação infanto-juvenil, educação de jovens e adultos e educação terapêutica. Os alunos ingressariam a partir dos 4 anos e 11 meses e permaneceriam até, no máximo, os 21 anos. A escola matriculou alunos com diferentes síndromes, associadas ou não

a deficiência mental, alunos com transtorno global do desenvolvimento, psicóticos e autistas. A escola especial buscou se reorganizar conforme Marlene nos relatou: “a matrícula era realizada de acordo com a carga horária, suportabilidade e necessidades dos alunos. Deixando de existir projetos como: preparação para o trabalho, oficina de culinária, oficina de lavanderia...”

Na fala da assessora de inclusão, podemos observar que o movimento de inclusão na rede municipal começou dentro da própria escola especial. Mais tarde veio consolidar-se a partir de algumas influências, como mudança no público-alvo da educação especial, maior foco na individualização e no acesso ao conhecimento a todos os alunos. A assessora de inclusão afirmou:

O movimento de transformação de escola para centro iniciou dentro da própria escola porque começou com o Projeto Inserção com outro olhar, buscando novas parcerias de atendimento onde os educadores especiais tinham a preocupação em encaminhar alguns alunos para a rede municipal, e também acompanhar seu desempenho na escola comum.

A partir de 2005, quando a escola especial começou a atender alunos com transtornos, autismo e diferentes síndromes, ela foi gradativamente encaminhando para a rede municipal regular alunos com deficiências leves, forçando uma reformulação no ensino. É o que nos indicou a assessora de inclusão:

A EMEF Lampadinha movimentou-se e mudou seu foco de atendimento quando chegaram à escola aqueles alunos que estavam em casa trancados, segregados. Houve um movimento natural aqueles com síndrome de down, deficiência mental leve foi encaminhada para a rede. A EMEF Lampadinha começou atender casos muito graves. Alunos inclusive que já estavam adolescentes e nunca tinham estudado antes.

A EMEF Lampadinha, em seus 34 anos de existência, foi pioneira na história da educação municipal em se preocupar e promover a inclusão dos seus alunos na escola regular; divulgando o seu trabalho e chamando os profissionais para debaterem suas propostas através de um encontro anual onde se registravam os relatos e encaminhamentos envolvendo educadores da rede e comunidade. Além dos profissionais, participavam deste movimento os familiares e demais envolvidos da sociedade. Conforme Baptista (2009, p. 25):

A certeza é de que esse movimento de reinvenção da educação especial tem constituído, no pensamento pedagógico, um olhar dirigido aos sujeitos da educação especial que tende a ser menos individual na busca de suas

determinações, favorecendo que vislumbremos redes de causalidade mais complexas, plurais, coletivas, sociais e sistêmicas.

O que a política de educação inclusiva determinou em 2008 a EMEF Lampadinha já vinha buscando desde 2005, quando mudou o foco do grupo de alunos atendidos, buscando novas parcerias com a rede regular e a comunidade. Apostava-se pedagogicamente nos sujeitos, encaminhando-os à escola comum, forçando uma releitura da escola especial, que deixava de ser um espaço protegido, abrindo possibilidades para atender os deficientes de toda a rede nos laboratórios, de uma forma mais coletiva.

4.2 EM DIREÇÃO AO CMAEEL

No final de 2010, os profissionais que atuavam na escola especial elegeram, nas horas de estudos, um grupo de pessoas. Este grupo era composto por representantes de cada setor. Pais, professores, funcionários, gestores, diretores de escolas regulares e de educação infantil debateram os rumos da escola especial. É o que nos relatou a educadora especial:

No final de 2010 aconteceram as primeiras discussões, com um representante de cada setor. Isso foi muito legal traziam as questões de estrutura, espaço físico, transporte... A primeira pergunta: onde iriam os alunos matriculados na escola especial!? Que fosse gradativo, onde o profissional da escola e SAEE (Sala de Atendimento Educacional Especializado) pudessem dialogar.

Os fóruns foram compostos por representantes de vários segmentos do sistema, como diretores de escolas regulares, de escolas infantis e membros do conselho. A comissão formada apontou os primeiros caminhos, decisões e perspectivas, conforme nos explicou a coordenadora da SMEd Angélica:

Iniciamos o processo desde 2010 com uma comissão formada com representantes da secretaria de educação, escola, equipe diretiva, professores, mães de alunos, duas escolas regulares... A equipe foi visitar em Parobé/RS um centro, ver como funcionava a parte pedagógica. Decidimos no fórum que o centro funcionaria transitoriamente em 2011 em forma de laboratórios.

Ocorreram diferentes leituras, resistências e diálogos sobre o período de transitoriedade de escola para centro. A educadora especial que vivenciou o ano de 2011 relatou:

No ano de 2011 ocorreu à transição de escola para Centro tendo iniciado o ano com turmas de jovens no turno da manhã, no sistema de rotatividade nas oficinas, porém ao final da sondagem observou-se que os alunos desestruturavam-se, pois ainda necessitavam de rotina e vínculo com um profissional, às oficinas ainda estavam sendo organizadas, permanecendo no sistema de turmas enquanto a estrutura de ciclo estava sendo formada.

Em algumas falas, percebem-se resistências, dúvidas, surpresas e preocupações. Para um sistema que buscou os processos inclusivos, a discussão deveria perpassar por todos os espaços públicos. Tamires confessou em suas falas:

Me surpreendeu quando Cachoeirinha assumiu a perspectiva da educação inclusiva... O professor também tem que ter suportabilidade.
O compromisso é maior para todos, todos os espaços públicos.
Toda a escola tem estar discutindo inclusão.”
“Percebe-se um que é um começar... engatinhar é necessário muito suporte”
O aporte para as escolas precisa ser maior para o sistema de ensino que pretende ser inclusivo.

A EMEF Lampadinha, conforme Parecer nº 22 do Conselho Municipal de Educação cessou suas atividades como escola especial em 2011. Beatriz relatou:

O documento legal de cessação da EMEF Lampadinha foi concluído inclusive com consulta ao Conselho Estadual e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Paralelo a isso está sendo enviada a Câmara de Vereadores o projeto de lei de criação e denominação do centro. Depois achamos que o projeto de lei deveria ter a estrutura, as funções, as atribuições, os profissionais que atuam no centro: equipe técnica e pedagógica. O projeto de lei do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado está em fase de tramitação passando primeiramente pela secretária de educação e depois para o procurador do município, após será enviado para a Câmara.

A SMEd justifica o pedido de cessação da escola especial e orienta as matrículas para o ano de 2012 nos trechos abaixo, retirados do Parecer 23/2011:

A SMEd justifica o encerramento dessa Instituição de Ensino, para a abertura do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Lampadinha - CMAEEL, fundamentado nos marcos legais, políticos, pedagógicos que orientam a implementação de sistemas educacionais inclusivos: Notas Técnicas – SEESP/GAB/Nº 9/2001 e SEESP/GAB/Nº 11/2000. Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência/ONU; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que estabelece diretrizes gerais para a educação especial; Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio

da União e a política de financiamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE; Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Educação Básica.

É salientado que, de acordo com o disposto nesses documentos, o poder público deve assegurar às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sendo a deficiência um conceito em evolução, que resulta da interação entre as pessoas com uma limitação física, intelectual ou sensorial e as barreiras ambientais e atitudinais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade. É ressaltado, ainda, que o atendimento educacional especializado será ofertado no CMAEEL, este tendo como função a organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento das necessidades educacionais específicas destes alunos, assim como a promoção da interface com as escolas de ensino regular da rede municipal de ensino, fornecendo os apoios necessários à participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos.

III – Esclarecimentos sobre a continuidade da vida escolar dos alunos: a SMEd orienta as escolas acerca da inscrição e matrícula:

- *“Dos 86 alunos que estão hoje na EMEF, MEE, Lampadinha, 15 terão duas matrículas a partir do ano de 2012, sendo que uma será no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado e outra em Escola Regular - Ensino Fundamental”. Quanto aos 71 alunos restantes, esses terão matrícula garantida na Rede Municipal de Ensino. Foram realizadas pela Assessoria da Educação Especial da SMEd, entrevistas com os pais/responsáveis dos 15 alunos, onde os mesmos optaram por uma das Escolas da Rede Municipal de Ensino. No primeiro momento, os 15 alunos foram contatados pela Central de Matrículas e realizarão sua inscrição, no período de 04 a 10/01/2012 na Central de Matrículas.*
- *No segundo momento os pais/responsáveis, deverão comparecer na escola pretendida, no período de 25 a 31/01/2012, para efetivar a matrícula e solicitar na Instituição o Comprovante de Escolaridade. De posse desse Comprovante os pais/responsáveis, deverão efetuar a segunda matrícula no Centro Municipal de Atendimento*

Educacional Especializado no período de 07 a 09/02/2012, das 9h às 15h.

A implementação encontra-se em processo. O texto político estabelece contornos de uma realidade cuja qualidade se joga na arena das disputas, resistências e embates. A letra da lei não circunscreve completamente as possibilidades do acontecimento. Como letra, implica leitura. E, como leitura, implica abertura dos sentidos.

3.3 CMAEEL, UMA HISTÓRIA EM INSCRIÇÃO

Os fóruns representados pelos gestores, educadores, pais e funcionários fizeram a leitura de que deveria cessar a escola especial. A partir de 2012, funcionaria como Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, tentando, assim, implementar um sistema municipal inclusivo. Assim afirmou a assessora de inclusão do município: “foi elaborado um documento de cessação da EMEF Lampadinha, um processo legal, com destituição de CPM, Conselho Escolar e posterior consulta ao Conselho Estadual de Educação.”

Os alunos oriundos da escola especial foram encaminhados às escolas da rede. Nem todos puderam ser inseridos na escola comum. Setenta e um alunos estão matriculados na rede regular, mas frequentam somente o Centro de Atendimento Especializado. Tamires, uma educadora que atuou muito tempo na escola especial, disse sobre o processo que “em 2011 a discussão começa a ficar mais clara. Alguns alunos com suportabilidade e idade irão frequentar o ensino regular. Os outros ficarão só no Centro.”

O Centro Municipal de Atendimento Especializado Lampadinha movimentou todas as escolas da rede municipal, porque, além de os alunos serem matriculados na escola regular no turno inverso, eles participaram dos laboratórios no CMAEEL. Conforme definiu Baptista (2002, apud BATISTA, 2006, p.152):

A educação inclusiva introduziu intensas mudanças na discussão pedagógica relativa aos locais de atendimento educativo às propostas de intervenção... Discute-se muito esses efeitos em função: de um afastamento das condições de vida cotidiana; da possível segregação associada a essa experiência educativa; de uma tendência histórica de práticas desenvolvidas nessas instituições serem baseadas no modelo médico... Nesse sentido a educação inclusiva transforma a educação especial.

O centro tornou-se um lugar de formação continuada para os professores e educadores especiais que atuam nas dez salas de atendimento educacional especializado, exigindo dos professores envolvidos uma nova articulação e redefinição da educação especial, buscando uma perspectiva de educação inclusiva que valorize as pessoas com deficiência na sua diversidade. A legalização do centro encontra-se em tramitação, e, desde 2011, ele funcionava em fase de transição. É o que relatou a assessora:

A construção do centro aconteceu através de encontros, assessoria da Smed, fóruns e registros em ata com o acompanhamento de diversos representantes da rede e da escola especial. A experiência do ano letivo de 2011 onde a escola funcionou nos moldes de centro foi rica e salutar para fortalecer a implementação. Existe um projeto de lei que está sendo construído e que regulamenta a existência do centro educacional. O Projeto de lei ainda encontra-se em construção porque está com ideias muito amplas, mas necessita ser diferente do centro já existente que atende crianças em vulnerabilidade social e que apresentam transtornos.

Toda a movimentação em busca de um sistema inclusivo mostra os diversos setores na luta pela elaboração de políticas públicas. Desde 2003, documentos do Governo Federal passaram a anunciar a implementação de sistemas educacionais inclusivos (KASSAR, 2011). Estes sistemas devem ser formados por escolas que atendam toda e qualquer criança, e o atendimento educacional especializado deve ser complementar ou suplementar à escolarização.

Os fóruns contaram com a participação de alguns componentes do Conselho Municipal de Educação, que contribuíram para a implementação do centro. Assim relatou a Coordenadora dos Aspectos Legais do município: “como nós somos sistema de educação tivemos a parceria do CME- Conselho Municipal de Educação. Nada mais justo do que este acompanhamento do processo, do Conselho participar conosco.”

O CMAEEL será um centro educacional multidisciplinar, com fonoaudióloga, psiquiatra, psicóloga e educadoras especiais, que atendem as múltiplas deficiências, transtornos e síndromes, dentro de um critério de idade de até 21 anos nos laboratórios e oficinas. O Centro Municipal de Atendimento Educacional Lampadinha não tem caráter clínico; os profissionais da saúde não fazem atendimento e sim acompanhamento dos alunos. Oferecem sugestões aos educadores com foco nas possibilidades do sujeito e na sua integração humana e social.

A educadora especial Tamires, que atuou na EMEF Lampadinha por vinte e oito anos e continuou atuando no centro, revelou sua preocupação sobre os verdadeiros espaços e a

idade para que todos os alunos sejam incluídos:

Penso que não havia um amadurecimento dos profissionais da rede para acompanhar este processo. Onde está o espaço real para alguns alunos que não estão no ensino regular?! Faltam profissionais, "pernas" para que de fato todos sejam frequentadores do ensino regular.

O trabalho não é fácil. È de um compromisso muito grande, tanto do Centro como da Escola Regular. A pergunta que fica é: O que tu fazes quando o aluno chega aos 14 anos?!

Este processo alterou a definição de educação especial (GARCIA e MICHELS, 2011), nomeou o público alvo ao qual se destina o centro e o reorganizou no que se refere aos seus serviços. Todo este movimento é ressignificado pelos alunos, pais, professores e escolas regulares. Os alunos tiveram matrícula garantida na escola regular, mas frequentam somente o CMAEEL, ou seja, será uma matrícula fictícia? O que acontecerá ao aluno quando completar 14 anos? Como o poder público municipal pretende garantir não somente o acesso, mas a permanência do aluno deficiente na escola com aquisição de conhecimentos? Como pretende potencializar sua inserção social e possibilitar sua autonomia pessoal e profissional? Que espaços serão criados para o deficiente que não está no centro e nem na escola regular?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar os contextos e as influências constitutivas do processo de transformação de uma escola especial em um Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEEL) no município de Cachoeirinha/RS. Para tanto, a Abordagem do Ciclo de Políticas, conforme Mainardes (2006), ofereceu as lentes analíticas que permitiram a organização e a análise dos contextos em movimento.

O município de Cachoeirinha, na assunção das diretrizes inclusivas, compreende a letra da lei como disparadora delas. Este processo constituiu-se em um movimento rápido e, podemos dizer, sem muito planejamento: ocorreram três fóruns ao longo do ano de 2011 e, com base nestas discussões, decidiu-se fechar a escola especial e abrir um centro de atendimento educacional especializado.

O foco deste processo foi a escola especial e não as escolas comuns. Assim, tem-se a permanência de um olhar fragmentado, restrito aos “espaços especializados”. Segundo a ata de uma das reuniões do fórum, a diretora de uma escola regular do sistema educacional relatou que:

A inclusão da rede está sendo muito difícil e com grandes problemas. A diretora colocou sobre a importância da formação continuada para a rede com temas específicos sobre inclusão. É importante que o fórum faça algumas deliberações para iniciar o estudo do PPP e regimento.

Sabe-se das dificuldades de gestar e implementar as diretrizes inclusivas. Conhecem-se os documentos e suas recomendações: a importância da formação inicial e continuada de professores, da acessibilidade dos espaços e dos currículos. Como construir e efetivar tais situações na concretude das escolas? Considerando o contexto investigado, um primeiro passo é interrogar a forma como sistema educacional se organiza.

Posteriormente, é preciso desestabilizar algumas certezas, propor o diálogo e ser firme em relação ao direito à educação. Observam-se fragilidades nesta trajetória? Certamente, e são muitas. Contudo, ressalta-se o valor do percurso realizado pelos sujeitos e instituições envolvidos nesta caminhada. A partir do diálogo das falas com a teoria e os documentos analisados, percebem-se diferentes interpretações das diretrizes inclusivas. A transição da escola especial em centro é um dos pontos que manifesta, de forma explícita, as disputas, os recuos, os avanços e as resistências deste processo.

Acreditamos que tais movimentos são iniciais e devem ser valorados. Trata-se de um

primeiro tempo na implementação das políticas de educação especial no município de Cachoeirinha. Um movimento que busca, ao abrir as portas do CMAEEL, constituir novas configurações sobre a diferença e a igualdade no âmbito educacional. Quais os efeitos deste movimento? Como se efetivará a inclusão escolar na rede? Perguntas para outros tempos de pesquisa, para novos olhares em movimento...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: Lúcia de Araújo Ramos Martins et al. (Org.) *Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos*. Natal, RN: EDUFRRN-Editora da UFRN, 2009.

BAPTISTA, C. R.; OLIVEIRA, A. Lobos e Médicos: primórdios na educação dos “diferentes”. In: BAPTISTA, C. R. et al. *Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

BAPTISTA, C. R. À italiana? Uma análise do percurso histórico da inclusão escolar. In: BAPTISTA, C. R. e JESUS, D. M. de (Orgs.). *Avanços em Políticas de Inclusão – o contexto da educação especial no Brasil e em outros países*. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2009.

BAPTISTA, C. R. Ciclos de Formação, educação especial e inclusão. Frágeis conexões? In: MOLL, J. (Org). *Ciclos na Escola, Tempos na Vida: criando possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (ORGS). *Conhecimento e Margens – Ação pedagógica e pesquisa em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BAPTISTA, C. R. (Org); *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil (versão atualizada, com emendas constitucionais). Disponível em: <<http://www.legislação.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, MEC. SEESP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as diretrizes nacionais para educação especial na educação básica.

BRIZOLLA, Francéli. Implementação de Políticas Públicas de Inclusão Escolar: a matriz cognitiva como ferramenta de acompanhamento do processo. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT15-5379--Int.pdf>> Acesso em março/2012.

CAIADO, Katia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Uma análise a partir da visão de um município polo. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT15-4065--Int.pdf>> Acesso em: março/2012.

CARVALHO, Rosita Edler. A Política de Educação Especial no Brasil. **Em Aberto**, n. 60, out.-dez. 1993, p. 93 – 102.

CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2010.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A Política da Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-Educação Especial da ANPED. *Rev. Bras. Educ. Espec.*, vol. 17 (número especial 1): 105-124, 2011.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. MEC / SEESP: *Revista Inclusão*, vol. 1, n. 1, 2005.

JANUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1992.

JESUS, Denise Meyrelles de, et al. (Orgs.). *Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa*. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Rev. Bras. Educ. Espec.*, vol. 17 (número especial 1): 41-58, ND. 2011

KOECHE, André. *Cachoeirinha: história e cotidiano*. Cachoeirinha: SMEd, 1998.

MAINARDES, Jefferson; Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.* 27(94): 47-69, ND. 2006 Apr.

MELETTI, Silvia Marcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. *Escolarização de Alunos com Deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6760--Int.pdf>> Acesso em: março/2012.

MOMBACH, Isabel Cristina Camboim. *Memória de Cachoeirinha*: Ed. Sagra, 1991.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Relatório da Agência Européia para o Desenvolvimento da Educação dos Alunos com Deficiência (2003). Disponível em: <<http://www.european-agency.org>>. Acesso em 15 de março 2012.

SANTOS, Antonio Raimundo. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1990.

SARDAGNA, Helena Venites. *Práticas Normalizadoras na Educação Especial: da institucionalização do anormal à inclusão escolar*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT15-5510--Int.pdf>> Acesso em março/2012.

ANEXO A – Atas 01, 04 e 05 dos fóruns

ATA 01/2011

Aos trinta dias do mês de maio do ano de 2011 reuniram-se às 08h30min a comissão constituída fórum de discussão sobre a nova legislação da educação especial EMEF Lampadinha no plenário da SMED estando presentes os seguintes participantes: Coordenadora do Setor Aspectos Legais, Coordenadora Pedagógica, Secretária Municipal de Educação, Presidente do Conselho Municipal de Educação, Assessora Técnica do Conselho Municipal de Educação, vice-diretora da EMEF Lampadinha, funcionário da Lampadinha. C. não representante da escola, a Diretora representando a Escola Jardim do Bosque, a Diretora da EMEF Tiradentes, a Professora T. representando os professores da EMEF Lampadinha, Andreia de Oliveira representante da EMEI Granjinha. Participam A., Psicóloga, S. Assistente Social, T., Fonoaudióloga e Assessor da Inclusão.

Início - A Secretaria de Educação contextualizando o objetivo do fórum e seu propósito. Após, a coordenadora explanou sobre objetivo deste encontro. Início-se com a fala da vice-diretora I. explanando sobre como os trabalhos, as oficinas e a dinâmica estão acontecendo. O que hoje aparece como dificuldade é a suportabilidade de quanto ao tempo e a troca de oficinas e profissionais onde os alunos se desorganizam com esta rotina. Também a comunidade estranha a quantidade de alunos por grupo. Antes eram quatro agora são dez por grupos a professora coloca que será necessário refletir como se dará o apoio pois existem alunos que fogem, se retiram do espaço e se desorganizam. A mãe Carmen coloca sobre a falta que o serviço de orientação está fazendo a Isabel coloca que ainda é importante ver a possibilidade de profissionais na área de artes e expressão. A professora T. coloca da necessidade de se pensar nos tempos de trabalho por grupo. Alguns suportam o tempo todo outro não. O laboratório de desenvolvimento e a terapêutica sugeriu-se que se mantenha no centro. Com os grupos um e dois que são grupos maiores sugere-se que tenha uma turma de EJA ou sala de letramento no turno do dia que poderia ser vinculado a uma escola, pois o centro não certifica. A professora T. explica como é o trabalho pedagógico dos laboratórios. Acontecem passeios e as conclusões e observações dos alunos são utilizadas no trabalho interdisciplinar. Nesses passeios aproveita-se para trabalhar tudo, corpo, linguagem, organização espacial. Nestas atividades conta-se com a participação dos pais. A professora T. e a Vice Diretora colocaram da importância da área psiquiatra no centro. Será muito importante uma equipe de apoio integrada para todos atender a todos, alunos, professores e família. A Assessora fala que é importante definir se haverá parcerias em um trabalho de rede. Será importante definir como se dará este trabalho de rede. É importante que já se encaminhem as contratações de um Psiquiatra Infantil e um Neurologista. Também é de extrema importância o serviço de Serviço Social integralmente. A coordenadora também fala da necessidade do serviço de psicologia também integral. Será importante observar que a turma o aluno sai da Lampadinha com idade avançada e vai para o ensino fundamental. A presidente do conselho R. coloca que esta turma de EJA é possível, pois as normas do EJA contemplam. A professora T. coloca que o conselho poderia ajudar nas orientações legais sobre suportabilidade e terminalidade. A diretora G. coloca sobre a inclusão da rede que está sendo muito difícil e com grandes problemas. A vice-diretora colocou sobre a importância da formação continuada para a rede com temas específicos sobre inclusão. É importante que o fórum faça algumas deliberações para iniciar o estudo do PPP e regimento. Será importante normatizar a suportabilidade dos alunos. O trabalho de transitoriedade deverá ser feito entre SMED e Centro deste aluno. A R. coloca que os encaminhamentos do conselho se dá a partir da demanda que surge e não está aí para trancar. A estrutura física também é uma preocupação da realização. A

coordenadora P. pediu para I e R. passe item por item das suas colocações... RH, estrutura física, terminalidade 21 anos? EJA, calendário escolar, apoio, frequência e participação dos alunos fluxo o que se pode organizar quanto ao número de faltas. A P. coloca que deverá haver uma reunião específica para tratar da organização funcional do centro para 2012. É necessário saber se osicineiros de danças continuarão sendo estagiários. Terá matrícula única no centro. É importante explicar as famílias que esta matrícula não garante às 4 horas de atendimento. Outra questão importante também é como acontecerá o transporte no ano que vem. Foi solicitado pela coordenadora P. à vice-diretora que envie a Mantenedora as solicitações e questionamentos sobre o centro. Foi sugerido que haja uma reunião entre aspectos legais, pedagógico e escola sobre os encaminhamentos e organização para 2012.

ATA 04/2011

Dia 28 de junho de 2011 reuniram-se na Escola Lampadinha em uma sala de aula a vice-diretora, o Assessor, a Coordenadora, a psicóloga, a Assistente Social, a fonoaudióloga a coordenadora dos aspectos legais, a presidente do Conselho Municipal, a Assessora Técnica do Conselho Municipal de Educação, funcionário da escola o, a Diretora da EMEF Jardim do Bosque, a professora T., a Diretora da EMEI Granjinha.

Iniciou a reunião com a leitura e encaminhamentos enviados pela escola à mantenedora. A coordenadora leu os retornos apontados pela SMED. Após a leitura as dúvidas ainda levantadas deverão ser conversadas com a Secretaria de Educação.

Logo o Assessor iniciou a leitura das orientações para construção do PPP. Houve leitura de todo o documento com algumas explicações e opiniões. Ficou como encaminhamento que a equipe da SMED juntamente com a equipe da Lampadinha se reunam nos dias 7 de junho as oito e meia para tratar sobre o planejamento e organização do plano de trabalho a seguir. Após toda a construção do documento o fórum será chamado novamente para a apresentação do material construído.

RELATÓRIO EMEF LAMPADINHA ENVIADO POR ASSESSOR TÉCNICO EM CONTRAPONTO AO QUE FOI DEFINIDO EM ATA.

Conforme solicitação e posterior análise fica evidenciado o trabalho pedagógico proposto enquanto vivência e funcionamento da escola numa perspectiva de centro de atendimento educacional especializado. Razões estas que necessitam ser planejadas e reorganizadas no âmbito estrutural de recursos humanos e pedagógicos. Assim aponta-se:

Na vivência dos laboratórios percebe-se uma desestruturação psíquica dos alunos uma referente não garante a desestrutura onde o sujeito que conserva em si tantas fixações conflituais a caminho de dificuldades internas ou externas superiores. As suas faculdades pessoais defensivas ou adaptativas e que se permitiria um jogo bastante flexível de suas necessidades. Deve em realidade e reservando-se a um comportamento de modo aparentemente aberrante em circunstâncias excepcionalmente anormais. Devido a um quadro em diagnóstico, justifica-se assim a necessidade emergente de acordo e em respeito à individualidade de avaliação de suas suportabilidades, propostas pedagógicas e tempo de atividades. A equipe técnica com carga horária de quatro horas semanais está em estruturação a fim de elaborar objetivos e metodologias de cada área de acordo com a demanda existente na rede municipal de ensino.

O fazer pedagógico na perspectiva do CMAEEL será definido por laboratório e proporcionado àqueles que demandem atendimento de forma referente, foco individual frente ao todo.

Rede – Formações – a necessidade de avaliação real do processo iniciado quanto à redução de carga horária modalidade escola 2011, necessidades de suporte técnico teórico com avaliação metodológica dos laboratórios.

Listagem dos alunos – foi solicitada a cópia do registro dos alunos, pois há divergências de informações.

Fins, objetivos, planejamentos – qual a avaliação da proposta no período da execução dos laboratórios? Quais são as características próprias e individuais pertinentes na elaboração de uma proposta que objetiva a construção do sujeito da subjetividade, necessidades e possibilidades pedagógicas frente às propostas de laboratório.

Atenciosamente

Assessor de Inclusão – SMED – SAEE

ATA 05/2011

No dia 9 de setembro reuniram-se no plenarinho da SMED a equipe diretiva e pedagógica da EMEF Lampadinha, coordenadora pedagógica, responsável pelo apoio técnico, psicomotricista, educadora infantil, duas educadoras do ensino fundamental. O Objetivo desta reunião é organizar as etapas de como será a transição de alguns alunos da EMEF Lampadinha para as escolas regulares. Inicialmente após reunião da SMED com o CMEP – Conselho Municipal de Educação e Pesquisa de que forma se organizou em outros estados definiu-se que em Cachoeirinha estes alunos terão matrícula dupla. O que se pensa hoje é como, de que forma e quando estes alunos estarão se inserindo. A coordenadora da SMED coloca que é necessário que neste processo estejam presentes pais, professores, direção, secretaria, para melhor pensar esta transição. A mãe, dona M que participará deste processo questiona que quanto a os alunos pequenos tudo bem, mas, para os alunos que são maiores, sua filha tem 20 anos e está há 10 anos na Lampadinha. Como isto será? Ela compreende que esta adaptação será difícil e ela enquanto mãe não concorda que sua filha seja colocada na escola regular. A coordenadora a coloca que todos estes aspectos estão sendo pensados pela equipe de assessoria que hoje integra a SMED. Pensar como será este encaminhamento que a escola irá tempo será hoje estabelecido enquanto frequência, vínculo, que projetos serão executados pela escola para atendimento deste aluno. A escola encaminhou uma listagem de alunos na qual a escola possui condições de transição, mas que nem todas as famílias aceitam ir para a escola regular. Mas o que preocupa a escola não é esta listagem, mas sim os 49 alunos que estão fora desta listagem e que muitos não apresentam estar mais de uma hora na Lampadinha. O Assessor coloca que para a central de vagas estes alunos não contarão como indicativo de redução na escola regular, mas que durante o primeiro semestre o trabalho irá se encaminhar para este processo. A Professora T coloca algumas preocupações, ela sugere que os alunos não retornem em função do zoneamento, mas para a escola regular de origem pois este aluno já saiu rotulado de lá. Fazer o retorno é complicado. A mãe coloca qual será o futuro dos alunos da Lampadinha que chegam aos 21 anos? No município não existe nada que acomode estes alunos. A professora T. coloca para a mãe que o fórum esta para dialogar, discutir o que seriam as políticas públicas. A direção da escola coloca que sua preocupação é como será este trabalho com as famílias que não aceitam a ida dos filhos para a escola regular. A coordenadora coloca que hoje o SAEE está conhecendo este aluno da listagem encaminhada. Com os restantes dos alunos que possuem a obrigatoriedade, pois tem menos de 14 anos é necessária à matrícula dupla. A escola já organizou esta listagem incluindo suas necessidades específicas de atendimento. Esta quer saber quem irá realizar este trabalho com a família. A coordenadora coloca que será realizado pela comissão. A escola também coloca que é fundamental a formação continuada para os profissionais que atendem estes alunos. Outro encaminhamento é que seja feito um trabalho com as equipes das escolas que irá acomodar estas crianças. Ficou acertado que os alunos que em função da idade estão no primeiro ano devem iniciar em março/2012. Outros alunos iniciarão em março conforme avaliação do SAEE – Escola. Os aspectos legais necessita pesquisar e elaborar dados de como funcionará a matrícula, frequência, etc... Pareceres de qual será sua origem-Escola, SAEE, Centro. A data estipulada para inicio especificamente sexta- feira dia 7 de outubro.

As atas de números 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23/2011 tratavam do encaminhamento dos alunos da Escola Especial Lampadinha para o ensino regular, na escola municipal mais próxima de sua casa no ano de 2012.

A educadora especial e a assessora de inclusão reuniram-se com os pais na Secretaria de Educação para explicar sobre encaminhamento para a rede regular e a matrícula dupla pois no âmbito do FUNDEB, de acordo com o decreto nº6571/2008, art.8º serão contabilizados duplamente, os alunos matriculados no ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE. Ainda segundo o decreto citado que diz em parágrafo único que o financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior,

sendo contemplada: Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional de instituições de Educação Especial pública;

Os alunos encaminhados ao ensino regular, conforme art. 5º da Resolução CNE/CEB nº04/2009 terão atendimento no AEE na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo também ser realizado em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública.

ANEXO B - Parecer 23/2011

Cessação do Efeito da Credencial de Autorização para Funcionamento da EMEF, MEE, Lampadinha, cancelando o credenciamento para sua oferta.

A Secretaria Municipal de Educação, através do Of. nº 747/2011-SMEd/Aspectos Legais encaminhou ao Conselho Municipal de Educação – CME - o processo para a Cessação da EMEF, MEE, Lampadinha, localizada na Av. Anápio Gomes, s/nº, esquina com a Rua Dr. Washington Luiz, bairro Veranópolis, no município de Cachoeirinha. A escola foi criada e denominada pelo Decreto Municipal nº 382/77 que “Desmembra Classe Especial”; Parecer CEE nº 375/86 de “Autorização para funcionamento da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Lampadinha, para educação especial, em Cachoeirinha- Parecer favorável. Providência”; Decreto nº 3009/99 que “Altera denominação de Escolas Municipais para adequação aos preceitos da Lei nº 9394/96, e dá outras providências”; Decreto nº 3114 que “Altera denominação de Escola Municipal de Educação Especial Lampadinha, revogando a denominação contida no Decreto nº 3009/99”; Decreto nº 3694/04 que “Altera denominação de Escola Municipal de Educação Especial Lampadinha para: Escola Municipal de Ensino Fundamental, Modalidade Educação Especial, Lampadinha e revoga o Decreto nº 3114/00”.

2 – O processo está instruído com os documentos exigidos e foi apreciado por este colegiado, em conformidade com o Art. 10 da Resolução CME nº 005/2007, contendo:

I – Requerimento da Entidade Mantenedora - Ofic. nº 747/2011-SMEd/Asp. Leg., solicitando o processo de Cessação da EMEF, MEE, Lampadinha.

II - Justificativa do pedido: A SMEd justifica o encerramento dessa Instituição de Ensino, para a abertura do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Lampadinha - CMAEEL, fundamentado nos marcos legais, políticos, pedagógicos que orientam a implementação de sistemas educacionais inclusivos: Notas Técnicas – SEESP/GAB/Nº 9/2001 e SEESP/GAB/Nº 11/2000. Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência/ONU; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que

estabelece diretrizes gerais para a educação especial; Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE; Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Educação Básica.

Salientam que de acordo com o disposto nesses documentos, o poder público deve assegurar às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sendo a deficiência um conceito em evolução, que resulta da interação entre as pessoas com uma limitação física, intelectual ou sensorial, as barreiras ambientais e atitudinais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade. É ressaltado, ainda, que o atendimento Educacional Especializado será ofertado no CMAEEL tendo como função a organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos, assim como, a interface com as escolas de ensino regular da Rede Municipal de Ensino, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos.

III – Esclarecimentos sobre a continuidade da vida escolar dos alunos: a SMEd orienta as escolas acerca da inscrição e matrícula:

- *“Dos 86 alunos que estão hoje na EMEF, MEE, Lampadinha, 15 terão duas matrículas a partir do ano de 2012, sendo que uma será no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado e outra em Escola Regular - Ensino Fundamental”. Quanto aos 71 alunos restantes, esses terão matrícula garantida na Rede Municipal de Ensino. Foram realizadas pela Assessoria da Educação Especial da SMEd, entrevistas com os pais/responsáveis dos 15 alunos, onde os mesmos optaram por uma das Escolas da Rede Municipal de Ensino. No primeiro momento, os 15 alunos foram contatados pela Central de Matrículas e realizarão sua inscrição, no período de 04 a 10/01/2012 na Central de Matrículas.*
- *No segundo momento os pais/responsáveis, deverão comparecer na escola pretendida, no período de 25 a 31/01/2012, para efetivar a matrícula e solicitar na Instituição o Comprovante de Escolaridade. De posse desse Comprovante os pais/responsáveis, deverão efetuar a segunda matrícula no Centro Municipal de Atendimento*

Educacional Especializado no período de 07 a 09/02/2012, das 9h às 15h.

- *Os 71 alunos restantes deverão realizar matrícula no ensino regular, por zoneamento, com redução de alunos, conforme avaliação do SAEE. As famílias deverão comparecer na Central de Matrículas no período de 15 a 17/02/2012, para regularização da documentação da vida escolar dos alunos, efetivando assim a primeira matrícula.*
- *De posse do comprovante expedido pela Central de Matrículas, o pai/responsável deverá comparecer no CMAEE para efetivar a segunda Matrícula a partir de 15/02/2012.*
- *Casos de alunos novos que venham a surgir, deverão ser encaminhados a Smed/Pedagógico.”*

IV- cópia dos atos legais mencionados na parte introdutória deste Parecer.

VI – Cópia do calendário escolar, encerrando suas atividades dia 23 de dezembro de 2011.

VII- Informações sobre as condições e o destino da escrituração escolar: A Escrituração Escolar ficará arquivada no CMAEEL.

VIII – Relatório da Comissão Verificadora, informando que o prédio e mobiliário encontram-se em bom estado de conservação e que o acervo da escrituração escolar, bem como o arquivo passivo dos alunos encontram-se organizados, assegurando a verificação da identidade de cada educando, a regularidade e a autenticidade de sua vida escolar, sendo que ficarão na própria instituição (Secretaria do CMAEEL em 2012), também responsável pela expedição de documentos dos seus ex-alunos. Dessa forma, a Comissão declara cumpridos todos os procedimentos legais para a solicitação de Cessação da Credencial de Autorização e Funcionamento da EMEF, MEE, Lampadinha.

3 – A análise do processo, com base na legislação vigente e face ao exposto, permite a este Conselho atender ao pedido de Cessação.

Nestes termos, o Conselho Municipal de Educação declara, por unanimidade, a cessação do efeito da credencial de autorização para o funcionamento da EMEF, MEE, Lampadinha.

Cachoeirinha, 18 de novembro de 2011.

Aprovado por unanimidade, em plenária, nesta data.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semidirigida

1. Como se dá a transformação da ESCOLA LAMPADINHA EM ESPAÇO DE APOIO/CAE?
2. Como iniciou este processo?
3. Quais os dispositivos utilizados para discussão? (por exemplo, fórum).
4. Profissionais / instituições envolvidas
5. Período em que de deu esta discussão?
- 6 Como se pensa esta transformação? Resistências, movimentos políticos?
7. Quais as expectativas para o Centro?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Informado



Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu
Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos
Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – NEPIE

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Este Termo de Consentimento refere-se à pesquisa intitulada “**Centro de Atendimento Educacional Especializado: construindo parcerias para inclusão**”, monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem por tema a implementação das políticas inclusivas de educação especial na Rede Municipal de Ensino de Cachoeirinha/RS, especificamente àquelas relacionadas ao processo de transformação da Escola Municipal de Ensino Especial, Modalidade Educação Especial, Lampadinha em Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Solicita-se aos participantes a leitura deste termo, e, em caso de concordância, a assinatura do mesmo, para que se resguarde a ética e se preservem seus direitos legais.

Os participantes têm a liberdade de colaborar, de não participar, ou de desistir a qualquer momento deste estudo, sem alteração ou prejuízo presente ou futuro. As informações obtidas mediante a coleta de dados serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para cumprir os objetivos desta pesquisa. Tais dados estarão sempre sobre sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

Eu, _____, estou ciente e de acordo com os termos acima apresentados para a realização desta entrevista.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Adriane Marques – Pesquisadora

Prof. Dra. Carla K. Vasques

Orientadora – Fone: (51)3308-3433